

o quarto trimestre de 2022 marca um ponto importante na trajetória da Dotz. Encerramos o ano ao consórcio na maturação do nosso modelo de negócios e reafirmando a capacidade de integrar fidelidade e crédito em um ecossistema que gera valor para consumidores, parceiros e acionistas. Os resultados do balanço financeiro de 2022 são o reflexo dessa estratégia. No 4T22, registramos EBITDA de R\$ 20,4 milhões, ou seja, um crescimento de 85% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro líquido de 2022, o primeiro ano com lucro líquido, também registrou crescimento de 61% em relação ao mesmo período. Além disso, o crescimento operacional, resultado da estratégia estrutural da companhia, reduzimos o prejuízo líquido anual em R\$ 16 milhões. Em virtude de Techfin consolidou-se como o principal motor de rentabilidade da companhia. Em 2022, a origem total de crédito alcançou R\$ 581,8 milhões, alta de 48% em relação ao ano anterior. Esse desempenho financeiro consolidado nos dá uma visão otimista para o futuro. Estamos trabalhando para

Ativo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.157	209	21.966
Aplicações financeiras	7	2.813	8.736	16.922
Contas a receber de clientes	8		400	41.387
Partes relacionadas	11	20.686	7.535	
Tributos a recuperar	9	428	966	8.467
Adiantamentos a fornecedores		48	283	1.270
Despesas antecipadas		189	625	1.448
Outros créditos		1.840	760	2.238
Total do ativo circulante		31.161	23.176	93.708

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria: A composição dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado		Custo amortizado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5.157	209	21.966	6.418
Contas a receber	-	4.000	41.297	26.714
Outros créditos	1.840	760	2.238	1.405
Partes relacionadas	20.686	7.535	2.382	2.083
Passivos				
Fornecedores	2.221	2.344	43.556	35.350
Partes relacionadas	5.751	2.341	13.532	12.519
Contas a pagar	-	-	11.917	15.699
Debêntures	66.237	-	66.237	-
Empréstimos e financiamentos	33.741	45.865	45.715	69.463
Instrumentos financeiros derivativos	233	399	698	1.161

27.2. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis de 1 a 3 com base no grau observável do valor justo: • Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Hierarquia do valor justo	Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	5.157	209	5.157	209
Outros créditos	Nível 1	1.840	760	1.840	760
		6.997	969	6.997	969

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes
Em cumprimento ao artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, os diretores da Dotz S.A., declaram que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as Informações financeiras individuais e consolidadas.

São Paulo, 26 de março de 2026.
Otávio Augusto Gomes de Araujo - Diretor-Presidente
Gustavo Wanderley Dias de Freitas - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Não Estatutário Referente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de Dezembro de 2025
Apresentação e Histórico: O Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê") da DOTZ S.A. ("Companhia") é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável, cuja instalação está prevista nos artigos 12, § 1º e 19, inciso XXXII do Estatuto Social. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Novo Mercado", respectivamente) e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2021, o Comitê é composto por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, nos termos das leis e regulamentos aplicáveis e do Estatuto Social. O Comitê de Auditoria e Finanças, instalado pelo Conselho de Administração em 2021, registrou alteração em sua composição no período recente. O Sr. Antonio dos Santos Maciel Neto exerceu suas funções como Conselheiro e membro deste Comitê até novembro de 2025, data em que apresentou sua carta de renúncia a ambos os cargos. Atualmente, o Comitê é composto pelo Sr. Luiz Fernando Vendramini Fleury, na qualidade de Coordenador, e pelos Srs. Eduardo Ramos Canônico e Carlos Eduardo Carvalho Mauad, como membros. Os referidos integrantes foram reeleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2026, com mandato estabelecido para o prazo de 2 (dois) anos. De acordo com a estrutura de governança da Companhia, evidenciada em seu Estatuto Social, políticas e regimentos internos, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e dotação orçamentária anual, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e a eventual contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A Ernest & Young Auditores Independentes ("Auditores Independentes") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, conforme as normas vigentes. Os Auditores Independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") devidamente reportados ao mercado e à CVM. O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta adequadamente a opinião dos Auditores Independentes, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Atividades exercidas em 2025:** O Comitê reuniu-se 04 (quatro) vezes no período de março de 2025 a março de 2026, sempre com a participação da totalidade de seus membros e as reuniões duraram em média 2 horas. Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais foram assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia. As principais atividades realizadas pelo Comitê no período foram: (a) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025 (1T25); (b) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025 (2T25); (c) Análise e recomendação acerca das informações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Diretores da **Dotz S.A.** - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Dotz S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de pontos emitidos:** Os pontos emitidos pelo Programa Dotz são registrados pelo seu preço de venda na rubrica "Receitas diferidas e prêmios a distribuir" no momento da emissão dos pontos. Conforme a nota 3.6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da contraprestação é reconhecida no momento do resgate dos pontos e a receita relacionada ao spread e breakage em parcelas mensais ao longo da vida dos pontos de forma linear. Esse reconhecimento leva em consideração estimativas sobre expectativas de expiração de pontos e depende de um ambiente de tecnologia e de uma estrutura interna para suportar o alto volume de transações. Dessa forma, existe o risco de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência. Considerando o risco inerente, o alto volume de transações e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles e fluxo do processo implementados pela Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receita de pontos emitidos; avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento de receita da Companhia; avaliação da premissa relacionada à expectativa de pontos que irão expirar para determinar o cálculo de breakage; inspeção e análise de notas fiscais, em base amostral, para avaliar os valores dos pontos registrados como receitas diferidas e prêmios a distribuir; recálculo da movimentação da provisão para prêmios a distribuir receitas diferidas; cruzamento da movimentação da provisão para prêmios a distribuir com as respectivos contas do resultado; procedimentos analíticos sobre receita frente o custo registrado e pontos resgatados; e avaliação da adequação das divulgações sobre o tema incluídas pela diretoria na nota explicativa 3.6. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios utilizados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Análise de recuperabilidade do ágio:** Em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa 14, a Companhia possui registrado ágio, gerado em combinações de negócios, no montante de R\$13.211, na controladora e no consolidado. Pelo menos uma vez ao ano, a

	Hierarquia do valor justo	Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros					
Fornecedores	Nível 2	2.221	2.344	2.221	2.344
Partes relacionadas	Nível 2	5.751	2.341	5.751	2.341
Debêntures	Nível 2	66.237	-	66.237	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	33.741	45.865	33.741	45.865
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	233	399	233	399
		108.183	50.949	108.183	50.949

Ativos financeiros	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Controladora Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	21.966	6.418	21.966	6.418
Contas a receber	Nível 1	41.397	26.714	41.397	26.714
Outros créditos	Nível 1	2.238	1.405	2.238	1.405
Partes relacionadas	Nível 1	2.382	2.083	2.382	2.083
		67.983	36.620	67.983	36.620

Passivos financeiros					
Fornecedores	Nível 2	43.556	35.350	43.556	35.350
Partes relacionadas	Nível 1	13.532	12.519	13.532	12.519
Contas a pagar	Nível 2	11.917	15.699	11.917	15.699
Debêntures	Nível 2	66.237	-	66.237	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	45.715	69.463	45.715	69.463
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	698	1.161	698	1.161
		181.655	134.192	181.655	134.192

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos. Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia com base em parâmetros, tais como: taxa de juros, fatores de risco específicos ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferências entre as mensurações de valor justo de Nível 1 e Nível 2, nem entre as mensurações de valor justo de Nível 2 e Nível 3. **27.3. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o

nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo total do capital. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos		111.952	69.463
(-) Caixa e equivalentes de caixa		(21.966)	(6.418)
(=) Dívida (caixa) líquido		89.986	63.045
(-) Patrimônio líquido		(246.890)	(246.421)
(=) Patrimônio líquido e dívida líquida		(156.904)	(183.376)

28. Seguros
A Companhia mantém seguros, segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Tipo de risco	Objeto	Montante da cobertura
Patrimonial	Sede administrativa em São Paulo	R\$6.000

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. O escopo do trabalho de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia.

29. Resultado por ação
A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O cálculo do prejuízo por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estava demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício (R\$ mil)	(469)	(16.487)
Quantidade média ponderada de ações	13.244.055	13.244.055
Prejuízo por ação do exercício - básico e diluído - R\$	(0,04)	(1,24)

Os instrumentos patrimoniais existentes - bônus de subscrição e opções de compra de ações - são antidiluidores, motivo pelo qual os valores do resultado básico e do diluído por ação são os mesmos.

30. Eventos subsequentes
A Companhia firmou um termo de ajuste com a Elo Serviços S.A. para a devolução de R\$ 11.092. O acordo, cujos valores estão registrados na rubrica "Adiantamento de clientes", formaliza o encerramento do contrato anterior e promove o alongamento da dívida, com parcelamento estendido até o vencimento final em outubro de 2027. O saldo é atualizado pelo IPCA.

Diretoria	
Otávio Augusto Gomes de Araujo - Diretor-Presidente Gustavo Wanderley Dias de Freitas - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	
Contador/Controller	
William Abreu de Souza - CRC 1SP329790	

da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2025 (3T25); (d) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (DF2025); (e) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia referente ao exercício social de 2025; e (f) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Interna e da área de compliance e controles internos da Companhia referente ao exercício social de 2025. **Conclusões sobre as Demonstrações Financeiras:** Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros do Comitê, opinaram, por unanimidade, que os documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas no período e, recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 25 de março de 2026.
Luiz Fernando Vendramini Fleury - Coordenador e membro efetivo
Eduardo Ramos Canônico - Membro Efetivo
Carlos Eduardo Carvalho Mauad - Membro Efetivo

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela administração. A metodologia e modelagem, utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dada a utilização de informações de mercado e o elevado grau de julgamento exercido pela diretoria, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do referido ágio. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de desconto, projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis

